

BOLETIM 417

Brasília, 22 e 23 de agosto de 2017

Confederações discutem com senador Paim rumos do movimento sindical

Diversas lideranças de confederações nacionais de trabalhadores reuniram-se esta semana, em Brasília, com o senador Paulo Paim (PT-RS) *(foto)* para discutir a situação do movimento sindical brasileiro depois da aprovação e sanção da nova legislação trabalhista.

Segundo o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente ao encontro, “a reunião serviu para fazer um balanço depois da aprovação desse verdadeiro massacre contra os trabalhadores patrocinado pelo governo com o apoio de sua base de sustentação no Congresso Nacional”.

Mazinho informou que ele e outros dirigentes sindicais esclareceram ao senador que não participam de qualquer negociação em torno de uma possível medida provisória do governo com o objetivo de fazer alterações na lei aprovado, inclusive no que se refere à sustentação financeira das entidades sindicais: “em primeiro lugar, porque as confederações não foram chamadas para discutir essa provável medida provisória e, em segundo lugar, porque, infelizmente, não podemos confiar neste governo depois de tantos direitos que foram violados, principalmente na votação da reforma trabalhista”.



“Queremos uma solução para o problema da sustentação das organizações sindicais, especialmente do sistema confederativo, mas não podemos usar isso como instrumento de barganha, pois as maiores ameaças são aos direitos trabalhistas conquistados a duras penas. E mais: temos que aproveitar esse momento para fortalecer nossas entidades, ampliar seu quadro de filiados e mostrar ao governo e a esses políticos que traíram os trabalhadores que saberemos caminhar com nossas próprias pernas, com independência e autonomia”, afirmou Mazinho.

De acordo com o dirigente sindical, “o senador Paim, mais uma vez, como sempre, colocou-se à disposição para a busca de soluções que possam barrar esses retrocessos contra os trabalhadores, seja no Parlamento, junto à Justiça ou nas ruas e praças públicas”. Os líderes sindicais manifestaram apoio ao projeto do senador que revoga a chamada “lei da escravidão trabalhista” e informaram que há um movimento das confederações, através do FST, de resistência ao desmonte da CLT, inclusive com a coleta de



assinaturas para apresentar em breve um Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Estiveram presentes ao encontro com o senador, entre outros, o presidente da CNTA (indústria de alimentos) e coordenador do FST, Artur Bueno de Camargo; o presidente da CONTRATUH (turismo e hospitalidade), Moacyr Tesh Ausverwald; o presidente da CSPB (servidores públicos); João Domingos dos Santos; e o presidente da CNPL (profissionais liberais), Carlos Alberto de Azevedo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Senador condena decisão do governo que reduz reajuste do salário mínimo

O senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra a decisão do governo que reduziu o reajuste do salário mínimo. Com a decisão, disse Paim, o presidente Michel Temer mostrou que desconhece o que representa o salário mínimo na vida dos mais pobres.

Paulo Paim sublinhou que mais de 80% dos aposentados recebem o salário mínimo. Ele afirmou que a política de valorização do piso salarial estimula a economia e é importante para o aumento da renda das camadas inferiores da sociedade.

- O salário mínimo é uma forma de redistribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso país. Isso se chama efeito farol, ou seja, o

salário mínimo funciona como um referencial - disse o senador.

Reforma Trabalhista - Em pronunciamento no plenário, o senador Paim disse que o debate sobre a reforma trabalhista sancionada pelo governo Temer seja mantido durante o período eleitoral de 2018. Isto porque a chegada de novos representantes no Congresso e na Presidência da República trará a possibilidade de uma nova proposta que possa beneficiar empregados e empregadores.

Paim registrou a instalação de subcomissão criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para elaborar o Estatuto do Trabalho. A primeira reunião ocorreu na última sexta-feira (18), disse Paim.

Fonte: Agência Senado

Centrais se reúnem com Fiesp para discutir propostas de emprego

Representantes das centrais sindicais, com exceção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reuniram-se no início da tarde desta terça-feira (22) em um almoço com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. O objetivo era discutir propostas para geração de emprego e retomada econômica do país.

As propostas deverão ser apresentadas depois ao governo, em reunião agendada para o dia 12 de setembro no Palácio do Planalto.

Após a reunião, em entrevista a jornalistas, representantes das centrais e o presidente da Fiesp

disseram que, entre as propostas, estão a retomada das obras públicas paradas, a destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos produtivos, a redução da taxa de juros e o aumento das parcelas do seguro-desemprego de cinco para sete meses.

Segundo o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, as centrais e a federação buscaram “pontos convergentes” para ajudar o país a retomar o crescimento. “Em curto prazo, existem medidas emergenciais que passam pelo destravamento de crédito, o andar de obras paradas e o seguro-desemprego, que passaria para sete meses para dar um fôlego maior”, afirmou Skaf. “O Brasil está dando sinais positivos na economia. O momento agora é de jogar um catalisador nisso, acelerar esse processo de retomada do crescimento”, acrescentou.

Lava Jato - Um dos pontos principais discutidos pelas centrais e a Fiesp foi a retomada de obras públicas no país, inclusive as que estão sendo investigadas pela operação Lava-Jato.

Fonte: Agência Brasil

Câmara adia novamente votação da reforma política por falta de acordo

Os líderes partidários e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, decidiram votar nessa terça-feira (21) o texto base da reforma e deixar os destaques para depois. Os destaques, que são as alterações propostas pelos partidos, podem



reduzir ou desfigurar o texto aprovado na Comissão.

Mas não foi possível nem votar o texto base. Isso porque, após o início da discussão, deputados denunciaram a tentativa de lideranças de dividir a votação da reforma e votar primeiro o Distritão, como advertiu Gláuber Braga, do PSOL.

Com a pressão de diversos parlamentares, o presidente Rodrigo Maia adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição para esta quarta-feira (23).

O Distritão estabelece o sistema majoritário de votação de deputados. Só vencem os mais votados, como é hoje na eleição de senadores, acabando com o voto em legendas e partidos, que podem ser transferidos para outros candidatos da mesma coligação.

Para tentar convencer os deputados contrários à mudança, se propôs regulamentar o Distritão permitindo o voto nas legendas. Para o deputado Marcus Pestana, do PSDB, a combinação dos sistemas pode conseguir maioria.

Para os críticos do Distritão, a proposta mantém os problemas do sistema que, segundo os deputados contrários, dificulta a renovação na política e enfraquece os partidos.

Fonte: Portal EBC



FGTS registra lucro recorde de mais de R\$ 14 bilhões em 2016

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) registrou, no ano passado, lucro de R\$ 14,55 bilhões, o melhor resultado da sua história. Com isso, o patrimônio líquido do fundo chegou a R\$ 98,17 bilhões. Os números constam do Relatório de Gestão do FGTS, apresentado nesta terça-feira (22) na reunião do Conselho Curador, em Brasília.

O documento mostra também dados da repartição do lucro de 2016, que designou R\$ 7,27 bilhões, que corresponde à metade do rendimento, para quem tinha contas com saldo em 31 de dezembro. A medida é resultado da Lei nº 13.446, de 25 de maio deste ano, que fez com que a remuneração dos trabalhadores ficasse acima da inflação anual pela primeira vez em nove anos. A última vez que isso ocorreu foi em 2007.

O FGTS é a maior fonte de financiamento em saneamento, habitação e infraestrutura do país. Em 2016, foram contratados R\$ 81,48 bilhões, sendo R\$ 80,86 bilhões para habitação, principalmente para habitação popular. Em saneamento foram contratados R\$ 226,64 milhões e em infraestrutura R\$ 386,32 milhões.

Fonte: Agência Brasil

Fundo de Amparo ao Trabalhador vai cobrar empréstimos ao BNDES

Com um prejuízo estimado em R\$ 18 bilhões este ano e em R\$ 20,6 bilhões em 2018, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pedirá, pela primeira vez na história, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reembolse parte dos empréstimos concedidos pelo banco com recursos do fundo. O Ministério do Trabalho, responsável pelo FAT, confirmou ter enviado ofício ao BNDES alertando sobre a necessidade de aportes caso o Tesouro não consiga cobrir o rombo.

Pelo ofício, o BNDES terá de repassar R\$ 4,7 bilhões ao FAT referente a amortização de empréstimos. O valor refere-se à diferença entre o orçamento para os aportes do Tesouro para este ano, de R\$ 13,3 bilhões, e o prejuízo operacional de R\$ 18 bilhões estimado para 2017.

Composto pela arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), o FAT repassa 40% dos recursos à instituição financeira. O dinheiro reforça o capital do banco de fomento para emprestar ao setor produtivo.

Tradicionalmente, o banco repassa ao FAT apenas o valor dos juros dos empréstimos. A partir deste ano, no entanto, também terá de reembolsar parte do valor principal das linhas de crédito.

Responsável por financiar benefícios trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e programas de qualificação profissional, o

FAT tem registrado déficits crescentes nos últimos anos porque a arrecadação do PIS/Pasep está crescendo em ritmo menor que as despesas. Em 2016, o fundo teve prejuízo de R\$ 12,5 bilhões, resultante da arrecadação de R\$ 55,4 bilhões e de despesas de R\$ 67,9 bilhões.

Segundo as estimativas mais recentes, divulgadas em abril deste ano, as receitas continuarão relativamente estáveis: R\$ 55,9 bilhões em 2017 e R\$ 58,5 bilhões em 2018. No entanto, os gastos, principalmente com o seguro-desemprego e o abono salarial, saltarão para R\$ 73,9 bilhões este ano e para R\$ 79,1 bilhões no próximo.

Além do reembolso parcial do BNDES, o governo pretende aprovar a medida provisória que cria Taxa de Longo Prazo (TLP) para conter o crescimento do déficit do FAT. A nova taxa, que entraria em vigor no próximo ano, passaria a ser definida pela inflação mais o rendimento de determinados tipos títulos públicos, diminuindo o volume de subsídios do Tesouro Nacional para cobrir a diferença entre os juros dos financiamentos do BNDES e as taxas de mercado.

Fonte: Agência Brasil

Governo quer reduzir participação da União na Eletrobras

O Ministério de Minas e Energia informou que vai propor a redução da participação da União no capital da Eletrobras, com sua consequente democratização na Bolsa de Valores, a exemplo do



que já foi feito com a Embraer e a Vale. Segundo a pasta, a medida vai dar mais competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, sem as amarras impostas às estatais.

Segundo o MME, a decisão foi adotada após profundo diagnóstico sobre o processo em curso de recuperação da empresa. "Não há espaço para elevação de tarifas nem para aumento de encargos setoriais. Não é mais possível transferir os problemas para a população. A saída está em buscar recursos no mercado de capitais atraindo novos investidores e novos sócios". A proposta será levada ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O governo permanecerá como acionista, recebendo dividendos ao longo do tempo, e a União manterá poder de veto na administração da companhia, garantindo que decisões estratégicas no setor sejam preservadas.

Na avaliação do Ministério de Minas e Energia, os problemas da Eletrobras decorrem de ineficiências acumuladas nos últimos 15 anos, que "impactaram a sociedade em cerca de um quarto de trilhão de reais, concorrendo pelo uso de recursos públicos que poderiam ser investidos em segurança, educação e saúde".

Fonte: Agência Câmara



Participantes de audiência consideram inconstitucional reforma da Previdência

Participantes de audiência pública realizada pela CPI da Previdência classificaram a reforma proposta pelo governo de inconstitucional e pediram medidas eficazes de combate à sonegação.

Kléber Cabral, vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), afirmou que há uma sonegação no Brasil em torno de 27% do valor que deveria ser arrecadado, o que dá um valor total de R\$500 bilhões. Para Kléber, a própria legislação favorece o crime, já que trata a sonegação como um fato de menor importância e gera o sentimento de impunidade tributária.

Kléber também criticou a quantidade de programas de parcelamentos especiais (Refis) e explicou que cada programa pode causar perdas de até R\$ 50 bilhões por ano aos cofres públicos. O vice-presidente da Unafisco criticou ainda as leis que tratam da repatriação de recursos. Segundo ele, essas leis também são exemplos de benesses tributárias que o Estado dá, premiando o mau contribuinte.

— Inclusive porque as alíquotas cobradas foram inferiores às que eram cobradas das pessoas físicas e jurídicas que cumpriam as suas obrigações tributárias. Então, além da anistia penal, havia uma vantagem econômica. Isso é, de fato, o Estado usando a pedagogia às avessas, deseducando o contribuinte — protestou.

Fonte: Agência Senado

Dirigente sindical demitido antes de comunicar candidatura à empresa não obtém estabilidade

Um soldador não conseguiu o reconhecimento do direito à estabilidade provisória sindical porque não comunicou sua candidatura previamente à Metalcom Produtos Metálicos e Comércio Ltda., de Jataí (GO). A Justiça do Trabalho reconheceu a validade da dispensa, e seu recurso contra a decisão desfavorável não foi conhecido pela Terceira Turma do TST. O relator, ministro Mauricio Godinho Delgado, explicou que, em recursos de natureza extraordinária, não cabe o reexame de fatos e provas, necessário para reverter a condenação.

O empregado alegou que o edital de inscrição da chapa Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos de Jataí – SITIMME foi publicado em jornal de grande circulação (O Popular), assim como o edital de convocação para eleição do corpo diretivo, ainda na vigência do contrato de trabalho.

No exame do recurso do empregado para o TST, o ministro Mauricio Godinho Delgado afirmou que a decisão regional está em sintonia com a Súmula 369 do TST, e decisão diversa da adotada pelo Tribunal Regional, quanto à época em que a empresa teve ciência da candidatura, somente seria possível mediante o reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula 126 do TST.

Fonte: TST



TST: desconto no salário não gera reparação após férias pagas indevidamente

Um trabalhador que recebeu pagamento indevido de férias não é prejudicado se a empresa desconta parte de seu salário para reaver o valor. Com este entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu de condenação imposta à empresa do ramo alimentício o pagamento de indenização por dano moral a um promotor de vendas que teve o salário descontado em três meses para devolver férias pagas indevidamente. Para os ministros, o ato do empregador foi lícito e benéfico ao empregado, pois o desconto até poderia ter sido feito de uma só vez.

Na reclamação trabalhista, o promotor disse que recebeu as férias em junho de 2007, e utilizou o dinheiro para custear tratamento de saúde do próprio pai. No entanto, a empresa constatou o equívoco no repasse, e cobrou o valor em três parcelas debitadas nos contracheques até setembro. O trabalhador pediu reparação por danos morais alegando que a medida o deixou sem salário nos meses de julho e agosto.

O relator do processo no TST, ministro Alexandre Agra Belmonte, assinalou que é legítimo o desconto, até integralmente, no mês após o repasse incorreto. Para ele, a empresa, ao cobrar em parcelas, beneficiou o empregado. Ainda de acordo com o relator, a conduta não configurou ato ilícito a motivar indenização. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

Fonte: Consultor Jurídico

Empregado que adquiriu doença em função do trabalho receberá indenizações

O empregado de uma empresa fabricante de calçados, deve receber indenização por danos materiais de R\$ 251,4 mil, além de indenização por danos morais de R\$ 15 mil. Ele adquiriu a doença de Kienböck, que consiste na deterioração de pequenos ossos da base da mão, por estar submetido a vibrações localizadas na sua atividade de lixar aproximadamente dois mil pares de calçados por dia.

No entendimento da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), ficou estabelecido nexo de causalidade entre a doença e a atividade desenvolvida pelo trabalhador, o que gerou o dever de indenizar por parte da empregadora. A decisão mantém sentença da juíza Deise Anne Longo, da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves. Cabe recurso ao TST.

Fonte: TRT4

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)